

REVISTA
PRAIAVERMELHA

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

A *Revista Praia Vermelha* é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR

Aloísio Teixeira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Ângela Uller

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS DIRETORA

Profª Drª Mavi Pacheco

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. Marcelo Braz

COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Profª Drª Sara Granemann

COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU*

Prof. Dr. Luís Acosta

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Mailing Address

UFRJ – Escola de Serviço Social

Programa de Pós-Graduação

Av. Pasteur, 250 – fundos

CEP: 22290-240

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3873-5386

(21) 3873-5385

E-mail: praiavermelha@ess.ufrj.br

Página internet: <http://web.intranet.ess.ufrj.br/ejomal/index.php/praiavermelha/index>

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

Solicita-se permuta / Exchange desired

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta revista poderá ser copiada ou transmitida sem a permissão dos editores. As posições expressas em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REVISTA
PRAIAVERMELHA

ISSN 1414-9184

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Nelson Coutinho

Escola de Serviço Social/UFRJ

José Maria Gomez

Escola de Serviço Social/UFRJ

José Paulo Netto

Escola de Serviço Social/UFRJ

Myriam Lins de Barros

Escola de Serviço Social/UFRJ

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal)

Ana Elizabete Mota (UFPE-PE)

Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI)

Berenice Couto (PUC-RS)

Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal)

Cibele Rizeck (USP-SP)

Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ)

Consuelo Quiroga (PUC-MG)

Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF)

Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra)

Elizete Menegat (UFJF-MG)

Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França)

Ivete Simionatto (UFSC-SC)

José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP)

Júlio de Assis Simões (USP-SP)

Leilah Landim (UFRJ-RJ)

Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT)

Marcelo Badaró (UFF-RJ)

Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina)

Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP)

Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA)

Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ)

Maria Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP-SP)

Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)

Maria Lucia Martinelli (PUC-SP)

Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ)

Michael Lowy (EHESS-França)

Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai)

Neli Aparecida de Mello (USP-SP)

Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF)

Ricardo Antunes (UNICAMP-SP)

Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ)

Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA)

Sérgio Adorno (USP-SP)

Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ)

Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra)

Valéria Forti (UERJ-RJ)

Vera da Silva Telles (USP-SP)

Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA)

Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF)

EDITORAS CIENTÍFICAS

Maria de Fatima Cabral Marques Gomes

Escola de Serviço Social/UFRJ

Yolanda Aparecida Demétrio Guerra

Escola de Serviço Social/UFRJ

EDITOR PARA WEB

Luis Acosta

ASSESSORIA TÉCNICA

Rodrigo Castelo

Rosemere Santos Maia

Rafael Castro

DESIGN GRÁFICO

Fábio Rapello Alencar

REVISÃO – PORTUGUÊS

Maria de Fátima B. Menezes Migliari

TRADUÇÃO E REVISÃO – INGLÊS

Maurício Miranda

REVISÃO

Juliano Carlos Bilda

Diagramação e capa: Krits Estúdio

Impressão e acabamento: Bartira

EDITORA OUTRAS EXPRESSÕES

Rua Abolição, 201 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fones: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500

Fax: (11) 3112-0941

livraria@expressaopopular.com.br

expressaopopular.com.br

editora.expressaopopular.com.br

Catálogo na fonte pela Biblioteca universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social - Vol. 21, nº 1 (2011) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós Graduação, 2011.
Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social – Periódicos. 2. Teoria Social – Periódicos. 3. Política – Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

Publicação indexada em:

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em

Ciência e Tecnologia <<http://ccn.ibict.br>>

Base Minerva UFRJ

Revista On line – ISSN1984 669X

Sumário

A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições	
Marcelo Dias Carcanholo Grasiela Cristina da Cunha Baruco	9
Neoliberalismo e desregulamentação ao capital internacional no limiar dos anos 1990	
Fábio Antonio de Campos	25
Neoliberalismo: apontamentos histórico-econômicos e acirramento de sua implementação no governo FHC	
Carlos Henrique Lopes Rodrigues	43
Redução da desigualdade da renda no governo Lula: análise comparativa	
Reinaldo Gonçalves	59
Sindicatos, Neoliberalismo e Estado Social em Portugal (1974-2012)	
Raquel Varela Renato Guedes	71
Pariendo el nuevo: Madres de Plaza de Mayo e a Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo (UPMPM) como estratégia política, no contexto de crise do neoliberalismo na América Latina	
Carlos Eduardo Rebuá Oliveira	89
A privatização da saúde via Organizações Sociais: a contrarreforma em curso no município do Rio de Janeiro	
Vivian de Almeida Mattos	105
Financiamento e heteronomia na pesquisa acadêmica (1950-1990)	
Simone Silva Roberto Leher	121
A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado brasileiro (1964-1985)	
Pedro Henrique Pedreira Campos	135

ARTIGO

Sindicatos, Neoliberalismo e Estado Social em Portugal (1974-2012)

Raquel Varela*
Renato Guedes**

Resumo: Neste artigo fazemos um breve estudo da conquista dos direitos sociais em Portugal desde 1974 e dos conflitos colectivos que decorreram a partir da década de 80 do século XX com a vitória do neoliberalismo, que associamos a dois factores chave: a derrota dos sectores mais combativos do movimento operário e o pacto social, que manteve os sindicatos ligados a um sindicalismo de negociação, avesso ao confronto social.

Palavras-chave: direitos sociais em Portugal; pacto social; sindicalismo de negociação.

Abstract: This article sums up the history of the struggle for social rights in Portugal since 1974 and of the collective conflicts that took place from the 80s onwards, with the victory of neoliberalism. This victory is associated here with two key factors: the defeat of the most combative sectors of the labor movement and the social pact, that tied up the unions to a tactic of negotiation, against any social confrontation.

Keywords: social rights in Portugal; social pact; tactic of negotiation.

Introdução

Uma premissa tantas vezes reiterada nas últimas duas décadas é a de que historicamente o neoliberalismo está associado à queda da URSS. Ora o neoliberalismo, caracterizado pelo modelo *just in time* – não pode haver *stocks* de mercadorias nem de força de trabalho – bem como por um salto qualitativo na transferência de recursos públicos para o sector privado (privatizações, parcerias público-privadas, aumento das dívidas públicas, aumento exponencial da utilização da poupança dos trabalhadores para a segurança social para capitalizar empresas privadas, subcontratação de serviços públicos), nasceu no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, antes da queda da URSS. A queda da URSS acelerou um processo que tinha começado antes e portanto as suas explicações devem, em primeiro lugar, ser encontradas na dinâmica da relação de forças nos países onde se dá e menos nas mudanças ocorridas no sistema internacional de estados, ou seja, pelo fim da URSS.

A hipótese que colocamos neste artigo é que a consolidação do paradigma neoliberal só foi possível, na Europa, região onde o Estado Social tinha ido mais longe, por dois factores chave.

O primeiro factor foi a derrota de categorias simbólicas e centrais para o movimento operário: mineiros na Inglaterra, operários navais e trabalhadores siderúrgicos em Espanha; em Itália os operários do sector automóvel, em particular da Fiat; em Portugal os operários navais da Lisnave. Fora da Europa, os controladores aéreos nos EUA.

O segundo factor, a aceitação, por parte dos sindicatos, na sua esmagadora maioria, de negociações que implicaram conservar direitos para os que ficavam (conservar direitos, dar reformas antecipadas que recaem sobre a segurança social etc.) em troca de tirar os direitos aos que entravam (sub contratados, precários). Ou seja, a existência de um modelo de coexistência pacífica entre ocidente e a URSS, que levava os sindicatos, afectos aos PCs ligados à URSS e à social democracia no norte da Europa, a confiar

no Pacto Social – exploração sim mas mediada pelos chamados “direitos adquiridos”. Não lograram compreender, sindicatos e sectores médios, no auge dos anos 80 do século XX, que a precariedade dos que entravam então no mercado de trabalho seria a médio prazo também a sua precariedade e que, nesse tempo, estariam em frente a uma crise do próprio sindicalismo, desacreditado aos olhos daqueles, os mais jovens, que nada conseguiram.

A primeira grande crise económica depois do fim da URSS pode lentamente abrir portas a um sindicalismo mais combativo, mais radical, que não se limita só às reivindicações económicas mas que tem na luta política estratégica a possibilidade de ganhar no terreno económico.

Portugal 2012 sob a égide da intervenção do FMI

Em 2007, antes das medidas da Troika, “Um quinto dos portugueses vive com menos de 360 euros por mês. E 32% da população activa entre os 16 e os 34 anos seria pobre se dependesse só do seu trabalho”. Em 2012, este número tinha subido para 1/3 das famílias portuguesas, consideradas no “limiar da pobreza e sem expectativas”¹. Passou-se, oficialmente, de dois milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza (20% da população) para três milhões (30%). Em 2007 a falta de comida já “afectava 97.000 crianças por dia”².

Nenhuma das soluções propostas pela direita resolverá a questão do desemprego, que sempre esteve previsto aumentar no programa dos governos PS/PSD/Troika³. O primeiro-ministro actual do país, Pedro Passos Coelho, disse na televisão portuguesa que “Portugal só vai sair da crise empobrecendo”⁴.

A aposta na *mais-valia relativa*, ou seja, o desenvolvimento tecnológico, vai substituir trabalho vivo (trabalhadores) por trabalho morto (máquinas). A aposta na *mais-valia absoluta* (aumento da jornada de trabalho, diminuição dos salários) vai empurrar mais trabalhadores para o desemprego. As propostas da esquerda keynesiana são inoperantes a curto prazo. Investimento

público sem nacionalizar a banca e o sistema financeiro na totalidade e sem suspender o pagamento da dívida pública significará mais empresas a fecharem, mais trabalhadores a serem despedidos, porque no quadro do capitalismo as empresas que não reduzem custos não conseguem sobreviver. É importante lembrar que o investimento em obras públicas durante a crise de 1929 nos EUA não diminuiu a médio prazo o desemprego. O único investimento público que diminuiu o desemprego na Alemanha, na França, na Inglaterra e nos EUA de Roosevelt foi o keynesianismo de guerra, o único historicamente bem-sucedido, ou seja, investimento do Estado em indústrias de destruição⁵.

Cada trabalhador grego no activo, segundo a OCDE, trabalhou, em 2011, 2032 horas; cada alemão 1413 horas anuais; cada português 1711 horas anuais. O objectivo, diz a OCDE, é que todos os países da Europa passem a trabalhar 1776 horas anuais⁶.

O governo acena com a mentira da falência do Estado social – os portugueses “teriam vivido acima das suas possibilidades”; é a frase mais repetida nos media liberais. Calculámos, a partir da adaptação de um modelo previamente quanto quem trabalha e vive do salário entrega ao Estado em contribuições e impostos e quanto recebe deste em serviços públicos prestados. Chegámos à conclusão de que os défices do Estado não podem ser imputados aos gastos sociais e que na maioria dos anos há mesmo um excedente, isto é, os trabalhadores entregam mais ao Estado do que recebem dele em gastos sociais⁷.

O dogma neoliberal é um dogma porque assume a economia como uma ciência ahistórica, ou seja, os homens não seriam artificiais da sua história, não fariam escolhas da forma como a sociedade produz e se reproduz, das suas relações de trabalho, mas estariam fadados a aceitar uma série de mecanismos como inevitáveis: produção para o lucro, desemprego, dívida pública são, para os liberais, dados da realidade tão inexoráveis como a gravidade.

Na verdade a primeira questão que nos devemos colocar é, cremos, a seguinte: somos um país que produz de riqueza anual algo em

torno de 170 mil milhões de euros e não temos riqueza para pagar as necessidades mais básicas de qualquer sociedade: saúde, educação, auxílio e bem estar na velhice. Para onde vai a riqueza produzida?

Em Portugal o rendimento dos trabalhadores portugueses correspondia já em 2011 a 50% do PIB (incluído os pagamentos para a Segurança Social, tanto dos trabalhadores como a TSU, e antes de pagarem os impostos); mas cerca de 75% da massa de tributação entregue ao Estado provinha dos mesmos trabalhadores.⁸ O argumento do peso “excessivo” do estado-providência deve ser rebatido com factos: basta fazer as contas, a partir dos números fornecidos pelos próprios governos, para verificar que o estado-providência é financiado pelos trabalhadores, com saldo positivo. Num estudo que publicamos calculámos quanto quem trabalha e vive do salário entrega ao Estado em contribuições e impostos (directos e indirectos) e quanto recebe deste em serviços públicos prestados (saúde, educação, segurança social, transportes, desporto, espaços públicos, cultura). Chegámos à conclusão de que os défices do Estado não podem ser imputados aos gastos sociais e que na maioria dos anos há mesmo um excedente, isto é, os trabalhadores entregam mais ao Estado do que recebem dele em gastos sociais. Não nos surpreenderam os resultados estando Portugal neste campo a par de outros países da OCDE, onde estudos semelhantes, nomeadamente os de Anwar Shaikh⁹, foram realizados.

Um governo de um país não tem legitimidade para apresentar uma dívida, uma factura para pagar, sem explicar porque a contraiu, como, em benefício de quem. Mas não é indispensável auditar a dívida para concluir que quem trabalha em Portugal não deve. O montante da dívida gera uma renda sempre crescente na forma de juros – estando acordado no plano com a Troika a constante subida da dívida portuguesa a pagar: 2007 (68,3% do PIB), 2011 (107,8% do PIB), 2013 (115,7% do PIB) (previsão do governo)¹⁰. Este grande aumento da dívida é acompanhado por um gigantesco aumento da massa de juros. Na sua aparência trata-se de

uma dívida – que apela a honestidade dos trabalhadores para pagar – mas na sua essência é uma renda fixa de capital.

Portugal tem hoje uma população activa de 5.481.000. Destes, estão desempregados 1.350.000¹¹ (25%). O desemprego jovem (14-25) oficial é de 36,2%. Trabalham por conta de outrem 3.662.000. Todos os restantes trabalham a contrato com termo (607.000), recibos verdes, entradas e saídas no desemprego e subemprego. Isto significa que está em situação precária ou desempregada 33% da força de trabalho. Acrescente-se a isto que ganham o ordenado mínimo (432 euros líquidos) 500.000 portugueses que em muitos casos, nas cidades, têm de ser acompanhados de apoios estatais (rendimentos mínimos, distribuição alimentos), porque para quem não tem um pedaço de terra de subsistência o ordenado mínimo já se situa (segundo cálculos da ONU) abaixo do limiar da subsistência¹².

Direitos na República e Estado Novo (1910-1926; 1933-1974)

Como lembra o jurista Ângelo Ribeiro, os direitos “humanos, no sentido de liberdades cívicas, na sua múltipla vertente de direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais, que fazem de um país um ‘Estado de Direito’, foram praticamente inexistentes em Portugal”¹³ entre 1926 e 1974. O golpe de 28 de maio de 1926 suspendeu a Constituição republicana de 1911, que consagrava, embora de forma restrita, as liberdades cívicas e democráticas fundamentais, em resultado do crescimento do movimento operário, das lutas sociais e do sindicalismo durante o final do século XIX e início do século XX. A Constituição de 1933, plebiscitada já sob a égide de Salazar, protege a concentração de capital e promove a docilização da força de trabalho através da supressão dos direitos (direito à greve, direito de associação e reunião etc.) e da implantação de uma estrutura sindical de tipo corporativo (abolindo os sindicatos livres e substituindo-os pelos “sindicatos nacionais”, submetidos ao Estado). Vive-se sob um regime bonapartista, com partido

único, polícia política e censura. Ungido chefe supremo da nação, Salazar, dotando o Executivo de poderes discricionários então necessários à manutenção da ordem, desempenha um papel arbitral em face da sociedade portuguesa, colocando-se “acima” das suas partes constituintes conflituosas. Um regime de liberdades cívicas e democráticas era «considerado um atentado à segurança interna»¹⁴ e, no plano dos direitos sociais, a extensão destes vai ser paulatina e ultraminoritária, como veremos, mais à frente neste artigo, para os campos da saúde e previdência social. Nas colónias vive-se uma forma de acumulação de capital baseada no trabalho forçado (pela escassez de força de trabalho e pela necessidade de usar trabalho intensivo nas minas e plantações algodoceiras, por exemplo¹⁵) e com uma polícia política – PIDE/DGS – muito mais brutal do que na metrópole, como o demonstram os trabalhos de Dalila Cabrita Mateus¹⁶.

Entre 1926 e 1933, parece ter havido uma compreensão clara por parte da maioria dos setores da burguesia portuguesa que a modernização capitalista e a acumulação de capital, em grande medida baseada no modelo colonial, não poderia ser feita sob um regime democrático porque, ao se dar já no século XX, dá-se a par da existência de um novo sujeito social, o operariado e setores médios da sociedade, que exigiam a par da liberdade política “a libertação económica”. Tal como noutros casos – os países que vão constituir as forças do eixo na II Guerra Mundial – a democratização tardia do país leva a que, quando esta é feita, o proletariado já tinha uma expressão suficientemente importante para impedir a estabilização política do regime. A solução para este nó górdio é a instauração de um regime bonapartista onde, como refere o jurista Ângelo Ribeiro, não se podia propriamente “falar de direitos”.

A crise e a Revolução de abril (1973-1975). Nasce o Pacto Social em Portugal

“Quilómetros e quilómetros de povo. Povo alegre.” Medeiros Ferreira fala em dois milhões de pessoas em todo o país a celebrar o 1º de

maio de 1974, o primeiro legal dos últimos 48 anos, quase meio século de “noite”, para relembrar uma expressão de Victor Serge aplicada à Alemanha. O jornal *República* noticia: “O povo já não medo! Esta descoberta espantosa e comovedora dominou ontem as gigantescas manifestações do 1º de maio, que assumiram proporções nacionais. Um ex-exilado político vindo de França declarou-nos em lágrimas: “Diga ao seu jornal que isto foi mais belo e mais esplêndido do que a libertação de Paris, a que eu assisti”¹⁷.

Há manifestações por todo o país: Lisboa, Porto, Setúbal, Barreiro, Beja, Faro, Leiria, Bragança. Redações de jornais, ordem dos advogados, professores, fábricas e empresas, músicos, cineastas, atores, todos assinam cartas de adesão às manifestações do 1º de maio.

“A política foi, em primeiro lugar, a arte de impedir as pessoas de se intrometerem naquilo que lhes diz respeito”¹⁸, escreveu o poeta francês Paul Valéry. O 25 de abril iniciou em Portugal um período em que a política foi exactamente o contrário, a arte de as pessoas se envolverem nas decisões que condicionam o seu dia-a-dia. O golpe militar de 25 de abril de 1974 abre portas à entrada em cena de milhões de trabalhadores, iniciando uma situação revolucionária em Portugal marcada pela luta contra a ditadura, lutas democráticas portanto. São as lutas pelas liberdades democráticas, o ódio à ditadura, que determinam a entrada em cena dos trabalhadores e setores intermédios da sociedade, contra, aliás, as ordens da própria direção militar que tinha posto fim à ditadura, o MFA. Nesse momento, embora não ainda legalmente consagrados, são socialmente garantidos os direitos de manifestação, reunião, associação, constituição de partidos políticos, direito à greve, ocupação de empresa, organização na empresa e organização sindical.

A partir de março de 1975, com a generalização da constituição de comissões de trabalhadores e de moradores (que designaremos genericamente por organismos de duplo poder¹⁹), o início da reforma agrária e o questionamento da propriedade privada – processo que se dá por

ação dos trabalhadores, muitas vezes em luta contra os despedimentos ou a descapitalização e abandono de empresas e não por estratégia da sua direção política principal, o PCP –, a revolução portuguesa sofre um salto qualitativo, transformando-se numa situação revolucionária social, de tipo “soviético”, que em setembro de 1975, com a irradiação da dualidade de poderes nas forças armadas (SUV, comissões de soldados etc.), pensamos, é já uma crise revolucionária, ou seja, o momento em que ou se dá o deslocamento do Estado ou um golpe contrarrevolucionário põe fim à crise do Estado. Com o golpe de 25 de novembro de 1975, a revolução sofre uma derrota e inicia-se um processo de contrarrevolução, assente na progressiva estabilização da democracia liberal representativa, como recorda o economista (já falecido) Sousa Franco²⁰.

A combinação rara de alguns fatores levou à ocorrência da maior crise num Estado europeu desde a II Guerra Mundial: a derrota da guerra colonial, a crise económica de 1973, uma sociedade desorganizada em que as classes trabalhadores e populares não tinham um veículo único de diálogo com o Estado (sindicatos ou partidos fortes), uma população operária, jovem, fortemente concentrada em dois lugares chave do país: as margens do estuário do Tejo e o Porto.

Em Portugal, *a contrario* das medidas recessivas da crise de 1973, conquistam-se aumentos salariais. Contra a onda europeia de surgimento dos pactos sociais, o conflito entre patrões e trabalhadores torna Portugal o centro do mundo, ocupando à altura um lugar tão ou mais relevante que aquele que é hoje ocupado pela crise grega. Temia-se, então como agora, um efeito disruptivo a nível europeu de um pequeno país situado na sua periferia, como escreve Lémus a partir do estudo dos arquivos norte-americanos²¹.

Não dispomos de nenhuma obra sistemática que abarque um estudo das greves e dos conflitos sociais durante todo o período da revolução portuguesa e os dados quantitativos são, como é comum neste tipo de pesquisa, extremamente deficitários²². Verifica-se um sub-registo das

greves e outras formas de ação coletiva. Há dados oficiais e das centrais sindicais, estudos parciais, que dizem respeito às primeiras cinco semanas da revolução, e um estudo amplo dos conflitos coletivos que não distingue greves de outro tipo de conflitos sociais, realizado por Duran Muñoz²³, que registou 958 conflitos de empresa e fábrica. Com exceção de julho e agosto de 1974, todos os meses registam mais de 100 conflitos por mês.

No estudo de Santos *et al*, nas primeiras cinco semanas depois de 25 de abril de 1974 há 97 greves e 15 ameaças de greve, mais do que ocorreu em cada um dos anos precedentes. A maioria das greves registam-se na indústria, 58, e em 35 destas greves verifica-se a ocupação da fábrica ou empresa. Em 4 regista-se o sequestro de pessoas e bens²⁴. As greves que se registam neste estudo são maioritariamente “selvagens”, decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões (conselhos) de trabalhadores. A maioria das reivindicações destes conflitos são aumentos salariais, salário mínimo, participação nos lucros da empresa, 13º e 14º mês, e, em 40% dos casos, controle sobre a empresa. Nas reivindicações salariais de 1974-75, que eram 39,8% das reivindicações totais, há um caráter predominantemente igualitário: aumento salarial igual para todos, redução do leque salarial, constituição do salário mínimo. Surgem ainda reivindicações novas, típicas de um período revolucionário, como trabalho igual, salário igual; abolição de privilégios na empresa.

Basta referir que mesmo tendo em conta a crescente cobertura da assistência social durante o Estado Novo (para responder à necessidade de reprodução da mão de obra mais especializada, que emigra do campo para a cidade para trabalhar na indústria), quer no que toca às reformas quer no que toca à saúde, anexadas *de facto* aos baixos salários e à situação de penúria dos trabalhadores, faziam até aqui de Portugal um país com índices de subdesenvolvimento²⁵.

Apesar do maior acesso à escola, feito nos anos 60, esta era até ao 25 de abril ainda uma escola elitista. Só “quem tinha dinheiro”,

dizia-se nos meios populares, podia estudar e quase não existiam escolas nem professores em zonas rurais. Apesar da obrigatoriedade do ensino ser de 6 anos desde 1965, em 1974 cerca de 26% da população é analfabeta, 85% das crianças com idades compreendidas entre seis e dez anos frequentavam apenas o 1º ciclo (os primeiros quatro anos de escolaridade)²⁶.

A revolução muda tudo a uma velocidade surpreendente. Nas escolas alteram-se conteúdos programáticos, condições de trabalho para docentes e para pessoal não docente e condições de estudo para alunos. São criadas redes de transporte escolar; foram construídas novas escolas, cantinas e residências escolares, foram estipulados subsídios para alunos carenciados e houve a distribuição do leite escolar (entre outras medidas). A oferta curricular é uniformizada para os 7º, 8º e 9º anos de escolaridade, deixando de haver os ramos de ensino liceal e ensinos técnicos comercial, industrial e agrícola. Em 1974-1975 reintroduz-se o caráter laico na educação; extinguem-se a Mocidade Portuguesa e a Mocidade Portuguesa Feminina; acaba-se com a separação dos alunos em turmas por sexo. Também no plano da gestão são introduzidas mudanças que só serão alteradas em 2008. Deixa de haver o cargo de diretor ou de reitor e os órgãos de gestão das escolas (Conselho Diretivo e Conselho Pedagógico) passam a ser democráticos, ou seja, passam a ser eleitos pelos seus pares, e no Conselho Pedagógico há representantes dos docentes, do pessoal não docente, dos alunos, dos pais e encarregados de educação e de outros elementos com intervenção na escola e/ou no processo educativo. São formadas as associações de pais e de encarregados de educação, associações de estudantes, sindicatos de professores e sindicatos de pessoal não docente (alguns integrados nos sindicatos da função pública). Esta gestão, muitas vezes culpabilizada pela ineficácia da gestão escolar pelos partidos da terceira via e da direita liberal, permite-nos compreender a dificuldade que foi introduzir as reformas neoliberais em Portugal durante os anos 1980 e 1990 porque, uma vez aprovadas no governo,

as reformas esbarravam de facto, embora de forma desigual de escola para escola, na força dos Conselhos Diretivos das escolas e das Associações de Pais. Também no ensino superior há alterações nos programas curriculares, assim como nas condições de acesso. As universidades passam a dispor de autonomia pedagógica, financeira e científica e os seus órgãos são também eleitos pelos seus pares, havendo órgãos em que há representação do pessoal docente, do pessoal não docente e do pessoal discente. O ensino é gratuito.

Uma das características dos conflitos do biênio de 1974-1975 é a sua radicalidade: são maioritariamente convocados em assembleias e plenários de trabalhadores. O governo vê-se por isso obrigado a atualizar o salário mínimo (de 3300 escudos para 4000 escudos entre abril de 1974 e abril de 1975) e a aprovar medidas de contenção dos preços dos bens alimentares, isto depois de várias manifestações ao longo do mês de março de 1975 contra a “carestia de vida”. Em muitas fábricas e empresas o governo é obrigado a intervir (em mais de 300 ao todo) para evitar despedimentos e descapitalização, conseguindo os trabalhadores que a fábrica mantenha a produção e os postos de trabalho, mas em muitas outras conseguem aumentos salariais, generalização do contrato coletivo, 13^o mês, subsídio de Natal. Também foram conseguidas melhorias generalizadas ao nível da previdência, assistência na maternidade, doença e invalidez. É neste período que os trabalhadores conseguem o subsídio de desemprego, generalização do direito à reforma e à segurança social; acesso generalizado a cuidados de saúde; direito ao divórcio civil para casamentos católicos; habitação social, controle do preço das rendas e de bens alimentares essenciais; nacionalização da banca e das seguradoras nacionais, reforma agrária, democratização da gestão do ensino secundário e superior. É ainda neste período, é preciso recordá-lo, que um dos mais básicos direitos é conquistado: o direito à autodeterminação dos povos de África colonizados por Portugal. Entre julho de 1974 e novembro de 1975 é oficialmente reconhecida a independência da

Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.

Os conflitos resultam num ganho substancial de transferência de rendimentos do capital para o trabalho²⁷, em grande medida devido ao facto, assinalado por José Barreto, de a “Inter-sindical ter levado algum tempo a estender a sua influência a todo o movimento e a todos os níveis”²⁸, o que remete justamente para o facto de que neste contexto de estudo das crises e direitos, *mais vale uma organização do que nenhuma*, do ponto de vista do Estado e dos patrões de empresas e fábricas.

Crise sem revolução: o duplo mergulho de 1981-1984, a adesão à UE e o nascimento da Concertação Social em Portugal

Muitas das “conquistas de abril” só foram legalizadas já nos anos de contra revolução democrática. Traumatizadas por uma explosão social sem precedentes, um movimento operário forte, extremamente organizado, sindicatos grandes e influentes, as classes dominantes vão de facto criar as condições legais para a institucionalização de muitos daqueles direitos. A situação social estava longe de estar estabilizada política e socialmente.

Entre 1976 e 1983 o país vai ter nada mais, nada menos do que 10 governos, dois dos quais interinos e três de iniciativa presidencial. Era o resultado institucional de um país fortemente radicalizado (recordemos os quase 800 mil votos em 1976 no candidato da esquerda radical Otelo Saraiva de Carvalho!), saído de uma revolução parcialmente vitoriosa que fazia entrar agora no vocabulário as “conquistas de abril”, “os direitos adquiridos”, em referência aos direitos conquistados. De tal forma que a tentativa de impor a concertação social em 1977²⁹ – cujos princípios estavam contra o pacto social porque estabeleceu por decreto-lei o limite de 15% para os aumentos salariais e a fixação de um cabaz de compras, entre outras medidas – é um desaire e o I Governo Constitucional cai. Como salienta José Barreto, “as relações entre o patronato e os trabalhadores ficaram, como é

óbvio, profundamente marcadas pelas lutas políticas de 1974-1975³⁰, que haviam transferidos ganhos substanciais para o Trabalho. Entre 1977 e 1981 o rendimento disponível real *per capita* registou um crescimento médio anual de 3,6% ao ano. Neste cálculo não entram só as remunerações do fator trabalho – que são mais elevadas em 1974-1975 (60%) do que em 1979 (45,9%) – mas também outra fonte de rendimentos: “as transferências correntes do Estado, maioritariamente constituídas pelas rubricas ‘prestadoes sociais’, com 13,3% do total”³¹. Os direitos institucionalizados neste período cobrem todo o espectro: saúde, educação, direitos laborais, segurança social.

Porém, esta instabilidade política é marcada pela progressiva estabilização de centrais sindicais muito próximas do modelo europeu. Depois do fim da revolução é revogada a lei da unicidade sindical e surge uma nova central sindical, a UGT (União Geral dos Trabalhadores), ligada ao Partido Socialista (social democrata) e ao Partido Popular Democrático (liberal), cuja força maior se encontra nos bancários. As duas centrais sindicais rivalizam entre si na disputa de influência junto dos trabalhadores, mas a CGTP, ligada ao Partido Comunista, continua a ser a maior, com influência no operariado industrial, no setor de serviços e nos funcionários públicos. Em final de 1977 a CGTP mantém na sua esfera de influência 287 dos 360 sindicatos existentes em Portugal, entre eles a maioria dos sindicatos da indústria.

A situação muda radicalmente com a crise cíclica do início da década de 1980. Neste período a taxa de crescimento do PIB é de 4,81%, em 1981 é de 1,26%, em 1984 é de -1,82%. Esta crise económica, de alcance mundial, vai ter como resultado a expansão extraordinária do processo de deslocalização de empresas para países com mão de obra mais barata, nomeadamente para a Ásia. A pressão para a deslocalização, a crescente automação e a reestruturação das empresas vem dos grupos económicos portugueses e da própria Comunidade Económica Europeia (CEE), que negocia a redução drástica da produção³² em diversos setores, entre eles

na siderurgia e na reparação naval; a isto junta-se a flexibilização das leis laborais impostas pela própria adesão do País à CEE (leis 201/83), as quais estavam associadas aos empréstimos do FMI (Fundo Monetário Internacional), que intervém no País na altura.

A estas medidas há uma resposta sindical concertada pela CGTP, com momentos de forte radicalização. O pico grevista de 1981 e 1982 dá-se neste preciso momento, quando está no poder o governo de direita da AD (Aliança Democrática). No dia 12 de fevereiro de 1982 é convocada a primeira greve geral desde 1934.

Mas, nestes processos de luta, mudam as reivindicações: os dados já citados de Cristovam³³, por exemplo, apontam claramente para um decréscimo das reivindicações que questionam os centros de poder da empresa e destacam um aumento das reivindicações salariais. De acordo com o sociólogo Marinús Pires de Lima, estes anos pós 1975 são marcados pela progressiva institucionalização e implantação dos sindicatos das células partidárias na empresa, por um lado, e por outro pela crescente influência da CGTP, muito influenciada pelo Partido Comunista Português, por oposição às comissões de trabalhadores, que funcionavam como conselhos de fábrica, que dominaram o período revolucionário. Lima caracteriza que na fase revolucionária predomina a ação direta, a rutura, a iniciativa dos trabalhadores e a democracia de base, e na fase pós 1975 passa-se progressivamente a um período em que a CGTP se torna mais hegemónica, predomina a negociação, “as reivindicações são enquadradas no estudo dos problemas económicos e financeiros das empresas, em ligação com a política global do Estado”³⁴. Progressivamente, vão sendo criados organismos de concertação social a nível de algumas empresas. Também Alan Stole-roff identifica a tendência de ambas as centrais sindicais “dirigirem as suas reivindicações ao Estado em vez de às empresas”³⁵.

Os estaleiros navais da Lisnave, os mais radicais entre os radicais durante a revolução (as suas formas de manifestação tinham sido imitadas por outros sectores da classe trabalhadora

em Portugal, como marchar de braços entrelaçados), jogarão neste contexto um papel determinante. Desenvolve-se um conflito na empresa que vai durar anos, sendo o período mais crítico os anos entre 1982 e 1986. O golpe mais duro sobre estes operários vai ser a política de salários em atraso que a administração inicia para desmoralizar os trabalhadores. Fernando Figueira, operário da Lisnave nesta altura, conta-nos em entrevista “que havia casos de famílias que mandaram as crianças para casa dos avós por já não terem como sustentar a educação e mesmo a sobrevivência dos filhos”³⁶.

Os trabalhadores vão responder com diferentes ações e vai-se desenrolar neste período uma acirrada disputa sindical dentro da Lisnave que opõe a tendência dirigida pela UDP (maoísta), que propugna a ação direta e a permanência do modelo basista de discussão e ação entre os trabalhadores; uma tendência liderada pela CGTP, próxima do PCP, que defendia o controle da discussão e da informação, para realizar negociações com a administração. E finalmente uma tendência da UGT, social-democrata.

Os trabalhadores da Lisnave ainda protagonizarão medidas radicais de luta como o sequestro de diretores e administradores (setembro e outubro de 1982), bloqueio de navios, medidas que terão como resposta a ocupação policial do estaleiro, em 1983. Lutava-se contra a redução dos postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso, mas a sua capacidade de responder às medidas anticrise da administração tende a diminuir. Neste contexto, com grande surpresa face à anterior história de radicalidade da Lisnave, a UGT vai ganhar a maioria para a comissão de trabalhadores em 1986, pela primeira vez na história da Lisnave. Longe, porém, de ter garantido a viabilidade da Lisnave, a reestruturação e finalmente o quase desaparecimento da empresa dão-se a partir desta data de forma irreversível.

Será sob a negociação da comissão de trabalhadores dirigida pela UGT que se assinará, em 1986, o único acordo de empresa celebrado até aí em Portugal que previa uma cláusula de paz social. Em troca de a administração regularizar os salários em atraso, são assinados os

“Contratos Sociais”, em que os trabalhadores se comprometiam a não fazer greves; renunciar às férias, em troca da construção de um superpetroleiro, construção que no fim acabou por ser cancelada. A seguir ao acordo são feitas de imediato 700 rescisões voluntárias com indenização. A partir desse ano não houve mais greves na Lisnave.

Em 1984, surge o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), um organismo tripartido onde estavam representados o governo, confederações patronais e sindicais, que visa arbitrar a luta de classes. A ideia era domesticar a força de trabalho, numa época de crise que tinha sido acompanhada de agudização das tensões sociais. O governo, que joga aqui um papel de até duvidosa legalidade constitucional, aparece como força neutra, com sérios riscos de corporativismo. Ao CPCS aderiu imediatamente a UGT, afeta aos social democratas e liberais. A CGTP, afeta ao PCP, começa por considerar o Conselho uma entidade “proto-fascista”, mas vai recuar nesta posição rapidamente e aderir a este em 1987³⁷.

Na década de 1990 mais de 60% dos 5000 operários da Lisnave são despedidos mas negociam, sob a liderança da CGTP, uma reforma antecipada em que ficam em casa, sem trabalhar, mas a receber o salário por inteiro, durante um período de 10 anos até à idade da reforma legal. Hoje a Lisnave tem, 2300 operários, 300 dos quais do quadro, 2000 subcontratados que quando não há trabalho ficam em casa, e não recebem.

De acordo com o sociólogo Hermes Augusto Costa³⁸, a derrota dos operários da Lisnave, que se saldou no acordo de empresa foi fundamental, do ponto de vista político, para instituir a concertação social em Portugal e levar a CGTP, depois da derrota da Lisnave, a aderir ao CPCS. Os mesmos operários que tinham um efeito exemplar na radicalização das lutas tiveram um efeito exemplar, para todos os trabalhadores, na institucionalização dos acordos que levaram a reestruturação produtiva. Não é por mera coincidência que o principal dirigente que esteve na liderança destes acordos, ligados

à UGT, na década de 1980 seja hoje o presidente da Confederação Industrial Portuguesa (CIP), a maior associação patronal do país. Como “prensa” por ter derrotado o sector mais aguerrido do movimento operários o Grupo Mello, detentor da Lisnave, acabou por lhe “oferecer” uma pequena empresa e convidá-lo para aquilo que ele sabia fazer melhor – a concertação social entre patrões, sindicatos e Estado.

Conclusões

Neste artigo fizemos uma breve história das lutas políticas e das conquistas sociais em Portugal nas últimas quatro décadas. Argumentámos que o Pacto Social em Portugal – que a maioria dos autores situa no nascimento da concertação social em 1986 – nasceu de facto em 1975. Este Pacto Social foi simultaneamente uma cedência da burguesia portuguesa como forma de estabilizar a contrarrevolução democrática representativa em reação ao 25 de abril, mas foi também resultado dessa radicalidade social, económica e política durante o período revolucionário. Será depois da crise de 1981-1984 que este Pacto Social inicia o seu fim, com a vitória paulatina das políticas neoliberais, que têm como eixo de gestão da perda de direitos a concertação social. Se o regime democrático-liberal se sustentou no Pacto Social, o fim deste abre uma nova etapa histórica, de que a crise de 2008 parece ser um marco fundamental.

O Estado de bem-estar social, ou seja, a assunção de que parte do rendimento dos trabalhadores não lhes é pago em salário direto mas em salário indireto (ou salário social), sob a forma de bens e serviços públicos, gratuitos ou quase gratuitos e universais, nasceu, de forma generalizada, dos conflitos resultantes do processo revolucionário e é a partir dele que se pode olhar, retrospectivamente para compreender a erosão progressiva destes direitos, erosão em alguns momentos diluviana, como depois da crise de 2008.

O Estado social português e a generalização, qualitativa e quantitativa, de direitos

sociais foram tardios, como lembra Silva Leal³⁹. Nasceram no exato momento em que noutros países onde germinaram primeiro – como na França pós 1945 e na Inglaterra com o plano do conservador Beveridge, de 1942 – estavam a ser postos em causa com medidas recessivas para recuperar as taxas de valorização do capital reduzidas com a crise cíclica de 1973. Medrou aqui, na periferia da Europa, trinta anos depois. Mas nasceu em parte de causas idênticas àquelas que deram origem ao Estado de bem-estar na Europa Central e do Norte. Ou seja, nasceu da pressão do movimento operário e sindical, do temor das classes trabalhadoras, no fundo, como assinala Luís Graça, da “preocupação do próprio sistema económico e político, preocupado pela industrialização (explosão demográfica, conflitos sociais e políticos, crises económicas etc.)”⁴⁰.

A hipótese que ponderamos neste artigo é a de que os direitos sociais em Portugal foram conquistados durante os 19 meses de período revolucionário e consolidados na década seguinte – sob a forma de um Pacto Social *de facto* – e que a instabilidade política herdada da revolução e que perdurou 10 anos depois de 1975 foi essencial para a permanência desse pacto. A marca desta instabilidade está na crise governativa crónica que durará até à eleição de Aníbal Cavaco Silva. Este balanço de forças social modelou-se entre 1976 e 1985 e significou a impossibilidade real de pôr em causa o compromisso social, *institucionalizado ou não*,⁴¹ e na desconfiança entre a sociedade portuguesa com o projeto europeu. Em 1980 apenas 24,4% dos portugueses, de acordo com o Eurobarómetro, considerava a “adesão à CEE uma coisa boa”. Entre 1986 e 1990 esse número atingiu os 70%⁴². As políticas neoliberais em Portugal são *grosso modo* da segunda metade da década de 80 e da década de 90 do século XX – regulamentação da flexibilização generalizada do mercado de trabalho, privatização de serviços e bens públicos, transferência de recursos públicos para o setor privado – e levarão uma década depois de 25 de abril de 1974 a começarem a ser sentidas em Portugal,

embora algumas destas leis, com alcance minoritário, tenham sido publicadas em 1977.

Foi preciso uma situação peculiar – e esta é a hipótese analítica central que aqui propusemos – para pôr fim às crises políticas herdadas da revolução, pela força social que o setor dos trabalhadores acumulou nesse período – e criar as condições sociais das maiorias absolutas dos governos conservadores de Cavaco Silva e da adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). Ou seja, o neoliberalismo não foi o caminho “natural” e inevitável da sociedade portuguesa nas últimas três décadas, antes resultou da confluência de fatores económicos com fatores políticos, em que estes últimos, ou seja, os fatores *subjetivos*, foram preponderantes.

A combinação de uma crise económica com uma crise política em 1974-1975 deu origem à consagração do Estado social, e a crise económica de 1981-1984, porque não foi acompanhada de uma crise política, consagrou a conjuntura que permitiu a fase neoliberal em Portugal. Tal como em 1974-1975 a vontade de tornar ingovernável o País foi determinante no curso da crise, em 1981 a aceitação do não questionamento do regime democrático-liberal foi qualitativa no desfecho da crise económica.

Estes fatores atuam sempre de forma desigual, é certo: 1) a crise económica de 1981-1984, cujas medidas contracíclicas aceleraram a inflação, perda de poder de compra, queda abrupta dos salários reais, desemprego, salários em atraso, deslocalização produtiva; 2) a progressiva estabilização do regime, depois de 25 de novembro de 1975, nomeadamente ao nível das forças armadas, tribunais, forças de ordem pública, partidos políticos, sindicatos; 3) a atuação colaboradora com os poderes instituídos por parte da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e atuação defensiva da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) face à crise. Finalmente, e relacionado com a atuação dos sindicatos e organismos de luta dos trabalhadores, as condições para o nascimento das políticas neoliberais nascem de um último fator: a pesada derrota

do movimento operário organizado, na Siderurgia, mas sobretudo nos estaleiros navais da Lisnave, com um efeito de arrastamento para todo o movimento operário organizado⁴³. Da mesma forma que o neoliberalismo em Inglaterra venceu depois de derrotada a espinha dorsal da classe trabalhadora inglesa, os mineiros, também em Portugal, cremos, se aplica aquilo que Bo Strath⁴⁴ defende ter acontecido noutros países na Europa. Isto é, as políticas neoliberais só grassaram depois de derrotados bastiões do movimento operário organizado (mineiros, construção naval e operários siderúrgicos, segundo o economista sueco). Estes setores do movimento operário tinham um efeito político de arrastamento de outros setores operários e mesmo do terciário – quer pelas empresas satélites destes, quer pelo valor exemplar das suas lutas, ou seja, atuavam como uma *vanguarda* disruptiva da gestão estável do Pacto Social. Ainda de acordo com este autor, o papel dos sindicatos – referindo-se sobretudo ao modelo de cogestão do Norte da Europa – foi um fator determinante no amortecimento da conflitualidade social, decorrente das políticas neoliberais e da deslocalização produtiva.

Finalmente, e embora o valor de rendimento do capital para o trabalho se tenha invertido a favor do primeiro desde o final da década de 1970, é indiscutível que se agregam a estes fatores políticos de estabilização a melhoria das condições económicas para a maior parte da população depois de 1986: a criação de infraestruturas no País, a abertura cultural à Europa – cujo valor simbólico não pode deixar de ser aludido num país que funcionava como uma ilha⁴⁵ –, o acesso a bens e serviços de nível europeu para setores das classes médias, com a melhoria do poder de compra; o fim dos bairros de lata⁴⁶, a expansão do sistema universitário, a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde. A União Europeia, que gerava ainda desconfianças nos anos 1980⁴⁷, foi abraçada de forma praticamente pela unânime, como vimos, pela população portuguesa na década de 1990. Houve um período de expansão capitalista da economia portuguesa

que permitiu reformas reais, e que, com alguns soluços, perdurou entre a adesão de Portugal à CEE e a crise de 2001, criando uma base social de apoio aos chamados partidos do centro – PS e PSD – que trouxeram uma inédita estabilidade política, e também uma burocratização dos sindicatos, que cresceram e se fortaleceram como aparelhos com força na negociação coletiva, embora sempre a perder membros e influência sobretudo no setor mais jovem da população, e setores mais informais⁴⁸ do mercado de trabalho, a partir da década de 1990.

Gerações que cresceram durante as décadas de 80 e 90 do século XX terão talvez dificuldade em compreender o que é a instabilidade social, e acreditam numa cultura intrínseca de um país de *brandos costumes*, quando a instabilidade social – eufemismo para confrontos, por vezes sangrentos, entre classes sociais – foi a marca histórica do Portugal contemporâneo. O Estado Novo manteve a inação social à custa da brutal repressão, e nem o regime republicano, nem o pós 25 de abril suportaram os conflitos emergentes de uma sociedade desigual. Com exceção, talvez, do período entre 1985 e 2001. Vivemos hoje provavelmente o início de um novo período histórico, marcado pelo agravamento plausível da conflitualidade social que poderá ou não, essa é hoje ainda uma incógnita, ter como consequência uma crise do regime democrático liberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, Perry. Portugal and the End of Ultra-Colonialism. In: *New Left Review*, I/16, July-August, 1962.
- Anuário Estatístico de Portugal, Instituto Nacional de Estatística, vários anos; CGTP, Greves sectoriais, 1989-2008; DGEEP, Direção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento, Greves, 1986-2007, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social; Direção Geral da Administração Pública. Greves Gerais da Administração Pública 2007-2008.
- Arcary, Valério, *Esquinas Perigosas da História. Situações Revolucionárias em Perspetiva Marxista*, São Paulo, Xamã, 2004.
- Alves, Amável, “A contratação coletiva, uma arma dos trabalhadores”, In *O Militante*, nº 273, novembro/dezembro de 2004.
- Arranja, Álvaro, Greves Gerais de 1911 a 2008. In *Esquerda.net*, 21 de maio de 2007. (http://www.esquerda.net/index.php?option=com_content&task=view&id=2879&Itemid=68). Consultado 10 de fevereiro de 2009.
- Beaud, Michel. *História do Capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1992.
- Barreto, José, “Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social”, In *Análise Social*, vol. XIV (53), 1978-1º, pp. 81-106.
- Barreto, António, “Mudança Social em Portugal”, In Costa Pinto, António, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2004, pp. 137-162.
- Birke, Peter; Huttner, Bernd; Oy, Gottfried (HRSG.), *Alte Linke – Neue Linke? Die Sozialen Kampfe der 1968er Jahre in der Diskussion*, Berlin: Karl Dietz Verlag, 2009.
- Coggiola, Osvaldo; Martins, José. *Dinâmicas da Globalização (Mercado Mundial e Ciclos Económicos 1970-2005)*, São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006.
- Campos, António Correia de, “Saúde Pública”, In Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (org.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 405-406.
- Costa, Hermes, “A Construção do Pacto Social em Portugal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 39, maio, 1994, pp. 119-146.
- Cristovam, Maria Luísa. *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982. *Diário de Notícias*.

- Duarte, Sandra; Varela, Raquel, “Paixão pela Educação Privada e Terceira via em Portugal: da Revolução dos Cravos aos Nossos Dias”. In Peroni, Vera; Adrião, Teresa. *Educação e Terceira Via*, Campinas, Unicamp (para publicação).
- Filipe, António, “Nos 35 anos da Constituição de 1976”, Lisboa, 2 de abril de 2011 In <http://blogs.parlamento.pt/apontamentos/archive/2011-04-03/134657.aspx>. Consultado a 4 de junho de 2012.
- Franco, António de Sousa, “A Economia”. In Reis, António (Coord.). *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 170-293.
- Goldner, Loren. *Ubu Saved from Drowning: Class Struggle and Statist Containment in Portugal and Spain, 1974-1977*. Cambridge MA: Queequeg Publications, 2000.
- Graça, L. Evolução do sistema hospitalar: Uma perspetiva sociológica. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública, Cadeira de Ciências Sociais e Humanas, mimeog. (Textos, T 1238 a T 1242), 1996.
- Graça, L. Evolução do Sistema Hospitalar: Uma Perspetiva Sociológica (VIII Parte). Portugal: O Sistema Técnico (Desde 1971), 2000, In <http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos91.html>consultado a 12 de maio de 2012.
- Lampedusa, Giuseppe Tomasi di, *O Leopardo*, Editorial Teorema, 2007.
- Leal, Silva António da, “As Políticas Sociais no Portugal de hoje”, In *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), 1985-3º,4º,5º, pp 925-943.
- Lemus, Encarnación. *En Hamelin...La Transición Española más allá de la Frontera*. Oviedo: Septem Ediciones, 2001.
- Lima, Ana Valadas de, “O rendimento em Portugal ao longo da última década”, In *Análise Social*, vol. XXI, nos 87-88-89, 1985, 3º, 4º, 5º, pp. 499-526.
- Lima, Marinús Pires de, “Transformações das Relações de Trabalho e Ação Operária nas Indústrias Navais (1974-1984)”, In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18-19-20, fevereiro de 1986, pp. 537-546.
- Lucena, Manuel de, “Previdência”, In Barreto, António, Mónica, Maria Filomena, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2000, p. 160.
- Mammarella, Giuseppe. *Historia de Europa Contemporánea desde 1945 hasta hoy*. Barcelona: Ariel, 1996: 312.
- Marques, Oliveira, *A Primeira República Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizontes, 1980.
- Mateus, Dalila Cabrita, *A PIDE-DGS e a Guerra Colonial*, Lisboa, Terramar, 2004.
- Muñoz, Duran. *Contención y Transgresión. Las Movilizations Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000.
- Narciso, Raimundo. *Álvaro Cunhal e a Dissidência da Terceira Via*. Porto: Âmbar, 2007.
- Paço, António Simões do, *Entrevista com a República*, Lisboa: Guerra e Paz, 2010.
- Patriarca, Fátima. Controle Operário em Portugal (I). *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.
- Pereira, Garcia. “O Assédio: causas e condicionantes”. Comunicação apresentada em novembro de 2007. In <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP3.2008.pdf>.
- Pinto, António Costa, Teixeira, Nuno Severiano (orgs), *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*, Lisboa, ICS, 2005.

Ribeiro, Ângelo, “Direitos Humanos”, In Barreto, António, Mónica, Maria Filomena, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2000, pp. 559-551.

Raby, David. *A Resistência Antifascista em Portugal 1941/74*. Lisboa: Salamandra, 1990.

Rosas, Fernando. *Pensamento e Ação Política. Portugal Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

Santos, Maria de Lurdes, Lima, Marinús Pires de, Ferreira, Vítor Matias. *O 25 de abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes.

Schmitter, Philip. *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS, 1999: 226.

Stoleroff, Alan, “Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal”, In *Sociologia*, nº 4, 1988, pp 146-164.

Stoleroff, Alan D. “O Sindicalismo e o Estado Pós-1974: O neo-corporativismo e a luta de classes”. In *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*. Fragmentos, 1990.

Strath, Bo, *The Politics of De-Industrialization*, London-NY-Sydney, Croom Helm, 1987.

Tavares, Maria Augusta, *Os Fios (In) Visíveis da Produção Capitalista*, São Paulo, Cortez Editora, 2004.

Tilly, Charles. *Las Revoluciones Europeas, 1492-1992*. Barcelona: Crítica, 1995.

Valéry, Paul, *Tel Quel* (1941).

Varela, Raquel, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2011.

Varela, Raquel, “A persistência do conflito industrial organizado. Greves em Portugal entre 1960 e 2008”. In *Mundos do Trabalho*, GT

Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, no v. 3, n. 6, Segundo Semestre de 2011, ISSN: 1984-9222.

Velden, Sjaak van der *et al.* (eds.), *Strikes Around The World, 1968-2005*. Amsterdam: Aksant, 2007.

Notas

¹ In: *Diário de Notícias*, 28/6/2012 http://www.dn.pt/bolsa/interior.aspx?content_id=1605098 e também *I-online*, 14/7/2012 <http://www.ionline.pt/dinheiro/pobrezas-tres-milhoes-vivem-menos-500-eurosmes>

² In: *Jornal de Notícias*, 7/6/2010 http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1587203

³ Relatório Orçamento de Estado, 2013, pp. 13-17.

⁴ *Jornal Expresso*, 25/10/2001 <http://expresso.sapo.pt/passos-coelho-so-vamos-sair-da-crise-empobrecendo-video=f683176>

⁵ Coggiola, Osvaldo. A Crise de 29 e a Grande Depressão da Década de 30. VARELA, Raquel (coord.), *Quem paga o Estado Social em Portugal?*. Lisboa, Bertrand, 2012.

⁶ <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=ANHRS>

⁷ GUEDES, Renato, PEREIRA, Rui Viana. Quem paga o Estado Social em Portugal? VARELA, Raquel (coord.), *Quem paga o Estado Social em Portugal?* Lisboa: Bertrand, 2012.

⁸ VARELA, Raquel (Coord.), *Quem paga o Estado Social em Portugal?*, Lisboa, Bertrand, 2012. Ver em particular os artigos de GUEDES, Renato, e PEREIRA, Rui Viana, ROSA, Eugénio, SHAIKH, Anwar.

- ⁹ SHAIKH, Anwar. Quem paga o “bem-estar” no Estado Providência: um estudo sobre vários países. *Quem paga o Estado Social em Portugal?* Lisboa: Bertrand, 2012.
- ¹⁰ <http://www.revistarubra.org/?p=3137>
- ¹¹ <http://www.movimentosememprego.info/>
- ¹² In: *Diário Económico*, 16/10/2007 http://economico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/economia/pt/desarrollo/1046490.html
- ¹³ Ribeiro, Ângelo. Direitos Humanos. Barreto, António, Mónica, Maria Filomena. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000, p. 559.
- ¹⁴ *Ibidem*, p. 560.
- ¹⁵ Anderson, Perry, “Portugal and the End of Ultra-Colonialism”, In *New Left Review*, I/16, July-August, 1962.
- ¹⁶ Mateus, Dalila Cabrita. *A PIDE-DGS e a Guerra Colonial*. Lisboa: Terramar, 2004.
- ¹⁷ *República*, 2 de maio de 1974, p. 1.
- ¹⁸ “*La politique fût d’abord l’art d’empêcher les gens de se mêler de ce qui les regarde*”. Paul Valéry, *Tel Quel* (1941).
- ¹⁹ Charles Tilly, lembrando a dificuldade que todos os processos revolucionários levam à teorização de uma definição comum a estes momentos de transformação social e a variabilidade de fatores que caracterizam uma situação revolucionária, optou por utilizar como elemento central definidor das revoluções a existência de duplo poder (Tilly, Charles, *Las Revoluciones Europeas, 1492-1992*. Barcelona: Crítica, 1995: 26 e 27).
- ²⁰ Franco, António de Sousa. A Economia. Reis, António (Coord.). *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- ²¹ Lemus, Encarnación. *En Hamelin...La Transición Española más allá de la Frontera*. Oviedo: Septem Ediciones, 2001.
- ²² Velden, Sjaak van der *et al.* (eds.), *Strikes Around The World, 1968-2005*. Amsterdam: Aksant, 2007.
- ²³ Muñoz, Duran, *Ob. cit.*, p. 142.
- ²⁴ Santos (*et al.*). *Ob. cit.*
- ²⁵ Campos, António Correia de. Saúde Pública. Barreto, António, Mónica, Maria Filomena (org.), *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2000, p. 405.
- ²⁶ Duarte, Sandra; Varela, Raquel. Paixão pela educação...privada. Educação e Terceira Via em Portugal: da Revolução dos Cravos aos nossos dias. Peroni, Vera; Adrião, Teresa. *Educação e Terceira Via*, Campinas: Unicamp.
- ²⁷ Barreto, José. Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social. In: *Análise Social*. Vol. XIV (53), 1978, 1º, p. 93.
- ²⁸ Barreto, José. *Ob. cit.*
- ²⁹ Na mesma altura que em Espanha se negociavam os Pactos de Moncloa, com o apoio dos socialistas e comunistas (PSOE e PCE).
- ³⁰ BARRETO, José. *Ob. cit.*, p. 94.
- ³¹ Lima, Ana Valadas de. O rendimento em Portugal ao longo da última década. In: *Análise Social*, Vol. XXI, ns. 87-88-89, 1985; 3º, 4º, 5º, pp. 506, 507, 508.
- ³² Schmitt, Paul Mathias; Verdiani, Daniele. *Portugal e a Comunidade Económica Europeia*. Lisboa: IPE, 1979.

- ³³ Cristovam, Maria Luísa. *Conflitos de trabalho em 1979: breve análise sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982.
- ³⁴ Lima, Marinús Pires de. Transformações das relações de trabalho e ação operária nas indústrias navais (1974-1984). In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18-19-20, fevereiro de 1986, p. 541.
- ³⁵ Stoleroff, Alan. Sindicalismo e relações industriais em Portugal. In: *Sociologia*, nº 4, 1988, p. 160.
- ³⁶ Entrevista realizada com Fernando Figueira, trabalhador da Lisnave Margueira, janeiro de 2009.
- ³⁷ Stoleroff, Alan D. O Sindicalismo e o Estado Pós-1974: o neo-corporativismo e a luta de classes. In: *A Sociologia e a sociedade portuguesa na viragem do século*. Fragmentos, 1990, p. 138.
- ³⁸ Costa, Hermes Augusto. A construção do Pacto Social em Portugal. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 39, maio de 1984, pp. 119-146.
- ³⁹ Leal, Silva António da. As políticas sociais no Portugal de hoje. In: *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 1985; 3º, 4º, 5º, pp. 925-943.
- ⁴⁰ Graça, L. *Evolução do sistema hospitalar: uma perspectiva sociológica*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública, Cadeira de Ciências Sociais e Humanas, mimeo. (Textos, T 1238 a T 1242), 1996.
- ⁴¹ Barreto, José. Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social. In: *Análise Social*, Vol. XIV (53), 1978-1º.
- ⁴² Pinto, António Costa, Teixeira, Nuno Severiano (orgs.). *A Europa do sul e a construção da União Europeia (1945-2000)*. Lisboa: ICS, 2005, pp. 42-43.
- ⁴³ Costa, Hermes. A construção do Pacto Social em Portugal. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 39, maio, 1994.
- ⁴⁴ Strath, Bo. *The Politics of De-Industrialization*. London-NY-Sydney: Croom Helm, 1987.
- ⁴⁵ Embora um país continental, comporta-se como uma ilha – até à década de 1970, as trocas comerciais com Espanha eram minoritárias, as relações de Portugal com a Europa eram feitas (90%) através do transporte marítimo, a maioria das exportações portuguesas destinam-se à Grã-Bretanha e Escandinávia.
- ⁴⁶ Favelas.
- ⁴⁷ Recordemos que o *Documento dos 9* – a ala que dirigiu a contrarrevolução militar em 1975 – assumia-se contra a URSS e contra a social-democracia europeia.
- ⁴⁸ Entende-se por “informalidade” o trabalho sem direitos. Para um desenvolvimento deste tema ver TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- Raquel Varela (1978)**
- * É historiadora no Instituto de História Contemporânea da FCSH-Universidade Nova de Lisboa e no Internacional Institute for Social History, Amsterdam. É presidente da Associação Internacional de Greves e Conflitos Sociais. É doutora em História Política e Institucional (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). É coordenadora da obra *Quem Paga o Estado Social em Portugal?* (Lisboa: Bertrand, 2012).

Renato Guedes (1968)

** Físico e matemático, é investigador do Centro de Física Teórica e Computacional da Universidade de Lisboa, onde se dedica a extensões do Modelo Padrão das interações fundamentais em partículas, física do bóson de Higgs e do quark top. É doutorado em Física pela Universidade de Lisboa. É membro do Comité para a Anulação da Dívida Pública Portuguesa (CADPP) e da redação da revista Rubra. É autor, com Rui Viana Pereira, do estudo *Quem Paga o Estado Social em Portugal?* (in VARELA, Raquel, (coord.), Bertrand, 2012).